



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 01/09/14

Elwagner

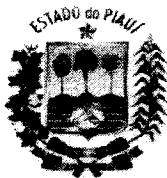
Conceição de Maria Lages de Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Antonio Felix

para relatar.

Em 02/09/14

[Assinatura]  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

PROJETO DE LEI Nº 83 2014

PROCESSO: AL 9817/ 2014

AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL MARDEN MENESES

RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTÔNIO FÉLIX

## I – RELATÓRIO

Foi encaminhado a esta Relatoria nos termos formais do Regimento Interno, art.34, I, “a”, para o fim de emitir parecer conforme o mesmo diploma legal, a proposição em epígrafe que *“Reconhece Como de Utilidade de Pública a Federação de Tênis de Mesa do Piauí ,com sede e foro no município de Teresina-PI.*

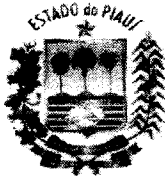
A proposição passa por esta Comissão de Constituição e Justiça, para se verificar sua legalidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa.

## II – PARECER

Tratam-se os autos do Processo AL-9817/2014, cujo teor é declarar a Utilidade Pública a Federação de Tênis de Mesa do Piauí, Federação esta que tem como objetivo dirigir, disseminar e incrementar a pratica de Tênis de mesa, implementar a inclusão social através do esporte e organizar eventos esportivos em todo o estado do Piauí . Sediado na cidade de Teresina, Estado do Piauí, denominada pela sigla FTMP, inscrita no CNPJ 15.087.580/0001-73.

O presente Projeto de Lei satisfaz plenamente as exigências formais fixados nos regramentos constitucionais e infraconstitucionais e **está instruído com os documentos exigidos legalmente para a sua apreciação, não existindo impedimento de ordem constitucional.**

O referido Projeto de Lei esta disposto na Lei nº 5.447, de 24 de maio de 2005. Não existindo, portanto, qualquer impedimento legal ou regimental á sua tramitação.



# ESTADO DO PIAUÍ

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

### III – VOTO DO RELATOR

Segundo as normas regimentais desta Casa Legislativa, a proposição em análise colocada à apreciação desta Comissão, deverá seguir seu trâmite normal no processo legislativo.

Face ao exposto, sou **FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Lei nº 83, de 25 de Agosto de 2014 (Processo AL-9817/ 2014), de autoria do Deputado Estadual Marden Menezes.

### IV – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir, depois de apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos:

( ) Pelo **ACATAMENTO do Voto do Relator**;

( ) Pela **REJEIÇÃO do Voto do Relator**;

*Sala das Comissões Técnicas  
Assembléia Legislativa do Estado do Piauí*

Teresina (PI), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2014

*Antonio Félix*  
DEPUTADO ANTONIO FÉLIX  
RELATOR

APROVADO A J. 28/08/14  
PRESIDENTE  
Justiça

Assembléia Legislativa do Estado do Piauí – ALEPI

Av. Mal. Castelo Branco 201 – Bairro: Cabral - Teresina-PI / [www.alepi.pi.gov.br](http://www.alepi.pi.gov.br)